

SETIC
Superintendência Estadual de
Tecnologia da Informação
e Comunicação

RONDÔNIA
★
Governo do Estado



GUIA DE SUSTENTABILIDADE SETIC

2026



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Marcos José Rocha dos Santos
Governador

Sérgio Gonçalves da Silva
Vice-Governador

SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Delner Freire
Superintendente

Gabriel Carrijo Bento Teixeira
Diretor Técnico

COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ronald Lázaro Borges Ribeiro
Coordenador

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Bruna Vaz de Oliveira
Ederson Rodinei Dantas Rodrigues
Isis Maria de Oliveira V. Barroso

REVISÃO

Ronald Lázaro Borges Ribeiro

PROJETO GRÁFICO

Idan Luiz Souza Santos

VERSÃO

VERSÃO	DATA	AUTOR	AÇÃO
1.0	17/07/2025	Equipe de Elaboração	Criação do documento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	4
E O QUE É A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL?	5
Por que implantar a responsabilidade socioambiental para ser sustentável?	5
Como é implantada a responsabilidade socioambiental dentro dos órgãos públicos?	6
Quem, dentro de um órgão público, pode ser responsável por essa implantação?	6
A ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	7
QUAL A RELAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA?	9
A EVOLUÇÃO DA SETIC	11
OBJETIVOS DO GUIA DE SUSTENTABILIDADE DA SETIC	11
IMPLEMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	13
PONTO CHAVE	15
EIXOS TEMÁTICOS	17
EIXO: CONSUMO SUSTENTÁVEL	18
Incentivando o uso responsável da água	19
Incentivar boas práticas de contratações e desfazimento sustentáveis na SETIC	21
Incentivar os servidores da SETIC a fazer uso do descarte seletivo e de alternativas sustentáveis	22
Gestão de Resíduos	23
Importância da Gestão de Resíduos	23
Práticas Eficazes na Gestão de Resíduos	24
Impacto da má gestão dos resíduos	24
Impactos ambientais	24
Impactos Sociais	25
Impactos Econômicos	25
Separação de Lixo	26
EIXO: QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR	29
EIXO: GESTÃO DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE	30
EIXO: EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO	31
Promover capacitações relacionadas às áreas de TIC relacionadas com a Sustentabilidade	32

Capacitações técnicas (busca da excelência profissional)	32
ESG na Gestão pública.....	33
Como aplicar ESG na gestão pública?	34
Benefícios da implementação	36
Modelo de Negócio e sustentabilidade	36
Transformação Digital e sustentabilidade.....	38
Visão holística e sustentabilidade	42
EIXO: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.....	44
A Importância do Fortalecimento Institucional e das Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável na Setic	44
A importância do benchmarking nas organizações públicas (sustentabilidade) (cases de sucesso).....	45
E COMO FAZER UM GUIA?.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
ANEXO I.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

APRESENTAÇÃO

Este guia foi elaborado para auxiliar a SETIC a aperfeiçoar iniciativas de sustentabilidade. O objetivo é contribuir para a valorização da responsabilidade socioambiental e para a incorporação de princípios sustentáveis nas ações realizadas pelos gestores e servidores públicos.

Com a busca pela modernização responsável, as evoluções sociais e as conquistas de ordem política, institucional e científica obtidas na área ambiental fizeram com que a sustentabilidade se tornasse um tema de grande relevância. Nesse cenário, a adequação das estruturas dos órgãos e entidades públicas, bem como a inclusão da sustentabilidade como princípio central para a construção de uma nova cultura institucional, são fundamentais.

O tema da sustentabilidade é um pilar para a evolução de um órgão público porque promove uma gestão mais responsável e eficiente dos recursos, além de fortalecer a confiança da sociedade na administração pública. Ao adotar práticas sustentáveis, o órgão contribui para a preservação do meio ambiente, reduz custos operacionais e melhora a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Além disso, a sustentabilidade ajuda a alinhar as ações do órgão com os princípios de responsabilidade social e ambiental, promovendo uma cultura institucional mais consciente e inovadora, que busca o desenvolvimento equilibrado e duradouro para toda a comunidade.

O lançamento do Guia de Sustentabilidade da SETIC é uma oportunidade e um desafio para os servidores que desejam transformar suas ações. Esse instrumento tem como objetivo estimular os gestores das pastas a incorporarem princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, promovendo a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, do correto gerenciamento dos resíduos sólidos, das contratações públicas sustentáveis, da sensibilização, da capacitação e da promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Os órgãos têm o dever estratégico de induzir seus servidores a atuarem como agentes de mudança e construtores de um novo agir, assim como

incentivar a sociedade a adotar novos referenciais de produção e consumo de bens materiais, tendo em vista a construção do desenvolvimento sustentável.

Este Guia é uma das ferramentas de sensibilização que certamente apoiará, nos diversos segmentos e instâncias do órgão, as lideranças setoriais comprometidas com a difusão dos conceitos e das práticas de sustentabilidade.

Se Liga!!



Este material tem como objetivo facilitar o entendimento e a implementação de ações relacionadas aos temas abordados. Ele está organizado de forma prática e acessível, dividido em diferentes seções que tratam de assuntos específicos.

Ao acessá-lo, você pode navegar pelos temas de acordo com suas necessidades ou interesses. Cada seção apresenta informações detalhadas, dicas e orientações para que você compreenda melhor o assunto tratado.

Para utilizar o guia de forma eficiente, recomenda-se que leia atentamente cada seção, utilize os escopos do [Anexo I](#) da ferramenta 5W2H, que é um método de planejamento e gestão que utiliza sete perguntas para definir e organizar um projeto ou tarefa. As perguntas são: What (O quê?), Why (Por quê?), Where (Onde?), When (Quando?), Who (Quem?), How (Como?) e How much (Quanto custa?). Utilize essa metodologia para definir suas ações e adapte as orientações conforme a realidade do seu setor. É importante sempre zelar para que os recursos aplicados sejam planejados de acordo com a dimensão da organização e a abrangência das ações, buscando eficiência na aplicação dos recursos públicos. Sempre que possível, deve-se priorizar o uso de recursos humanos já contratados pelos órgãos e, ao término de cada ação, monitorar a evolução dos resultados conforme a Estratégia de Sustentabilidade.

Assim, você poderá aplicar o conteúdo de maneira prática e efetiva, contribuindo para o sucesso de seus projetos e ações.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

A responsabilidade social é o compromisso que uma organização, seja ela pública ou privada, assume em atuar de forma ética, transparente e consciente em relação à sociedade e ao meio ambiente. Ela envolve ações que promovem o bem-estar social, a preservação ambiental e a justiça social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Implantar a responsabilidade social é fundamental para que os órgãos públicos se tornem sustentáveis a longo prazo. Isso porque, ao adotarem práticas responsáveis, fortalecem a confiança da sociedade, melhoram a qualidade de vida dos cidadãos e garantem o uso eficiente dos recursos públicos. Além disso, a responsabilidade social contribui para a redução de impactos ambientais, a promoção da inclusão social e o fortalecimento da ética na gestão pública.

Dentro dos órgãos públicos, a implantação da responsabilidade social pode ocorrer por meio de políticas e programas que incentivem a participação da comunidade, promovam a inclusão social, adotem práticas sustentáveis e assegurem a transparência na gestão. É importante que exista uma cultura organizacional voltada para esses valores, com ações concretas que envolvam todos os setores e servidores.

Quem pode ser responsável por essa implantação? Geralmente, essa responsabilidade recai sobre gestores e lideranças do órgão, como o chefe do setor de sustentabilidade, o secretário ou o diretor responsável pela área de gestão de pessoas ou meio ambiente. Além disso, pode-se constituir uma equipe específica de responsabilidade social, composta por profissionais de diferentes áreas, que atuem de forma colaborativa para desenvolver e monitorar as ações de responsabilidade social no órgão.

Em resumo, a responsabilidade social é uma estratégia essencial para que os órgãos públicos atuem de forma ética, sustentável e eficiente,

promovendo uma sociedade mais justa e um ambiente mais equilibrado para todos.

E O QUE É A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL?

A responsabilidade socioambiental é um conceito que vai além da responsabilidade social, envolvendo também o cuidado com o meio ambiente. Refere-se às ações e práticas que organizações, incluindo órgãos públicos, adotam para minimizar impactos ambientais negativos, promover a sustentabilidade e contribuir para o bem-estar social de forma integrada. Ou seja, busca equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e a justiça social, garantindo que as ações de uma organização não prejudiquem o planeta nem a sociedade.



Por que implantar a responsabilidade socioambiental para ser sustentável?

A implantação da responsabilidade socioambiental é fundamental para alcançar a sustentabilidade, pois assegura que as atividades realizadas sejam compatíveis com a preservação dos recursos naturais e o bem-estar social. Quando os órgãos públicos adotam práticas responsáveis, contribuem para garantir um futuro mais equilibrado, promovendo o uso racional dos recursos, reduzindo impactos ambientais e incentivando a inclusão social. Assim, a

responsabilidade socioambiental é uma estratégia essencial para que a sociedade se desenvolva de forma sustentável, sem comprometer as gerações futuras.

Como é implantada a responsabilidade socioambiental dentro dos órgãos públicos?

A implantação ocorre por meio de políticas, programas e ações específicas que incentivam práticas sustentáveis e responsáveis. Isso inclui a adoção de medidas de gestão de resíduos, uso eficiente de recursos, incentivo à participação da comunidade, transparência na gestão ambiental e social, além da capacitação dos servidores para que possam atuar de forma consciente e responsável. A cultura organizacional deve incorporar esses valores, promovendo uma gestão ética e sustentável em todas as áreas do órgão público.

Quem, dentro de um órgão público, pode ser responsável por essa implantação?

Geralmente, essa responsabilidade recai sobre gestores e lideranças, como o secretário ou o diretor responsável pelas áreas de sustentabilidade, meio ambiente ou gestão de pessoas. Além disso, pode-se constituir uma equipe específica de responsabilidade socioambiental, composta por profissionais de diferentes setores, que atuem de forma colaborativa para desenvolver, implementar e monitorar as ações relacionadas à responsabilidade socioambiental.

Em suma, a responsabilidade socioambiental é uma prática indispensável para que os órgãos públicos atuem de forma ética, sustentável e comprometida com o bem comum, promovendo um desenvolvimento mais justo e equilibrado para toda a sociedade.

A ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

A ética no setor público é fundamental para garantir a integridade, a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Quando os gestores e servidores atuam de forma ética, eles promovem um ambiente de confiança, onde as decisões são tomadas com base em princípios morais e no interesse coletivo, evitando práticas corruptas e favorecimentos indevidos.



Durante o desempenho de suas variadas funções, os servidores públicos precisam estar atentos às regulamentações existentes nos órgãos e entidades públicas, que orientam e definem a conduta adequada dos agentes públicos. Um exemplo importante é o [Decreto nº 20.786/2016](#), que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Estado de Rondônia e a [Portaria - Código de Ética SETIC nº 167 de 04/12/2017](#). Ignorar esses princípios e regras de conduta pode levar a diversos equívocos e dificuldades no atendimento ao público e aos usuários dos serviços, o que, por sua vez, prejudica a reputação do órgão e a percepção sobre a qualidade do serviço oferecido.

A relação entre ética e sustentabilidade na administração pública é direta e complementar. Uma gestão ética assegura que as ações e políticas públicas sejam conduzidas de maneira responsável, considerando não apenas os resultados imediatos, mas também os impactos sociais, ambientais e econômicos a longo prazo. Dessa forma, a ética serve como alicerce para a implementação de práticas sustentáveis, promovendo o uso racional dos recursos naturais, a inclusão social e a preservação do meio ambiente.

Ao integrar a ética na administração pública, os órgãos e entidades fortalecem a legitimidade de suas ações e contribuem para o desenvolvimento sustentável do país. Essa combinação incentiva uma cultura de responsabilidade, transparência e compromisso com o bem-estar coletivo, essenciais para construir uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável.

A ética desempenha um papel fundamental ao promover a melhoria na qualidade do atendimento, ao estabelecer princípios e diretrizes essenciais para o funcionamento eficiente do setor público e para o respeito aos cidadãos. Além de regulamentar a conduta e o tratamento oferecido aos usuários e ao serviço público, o código de ética também prevê sanções para aqueles que violarem suas normas. Sua importância vai além disso, pois atua na proteção da reputação e da dignidade do servidor que atua de acordo com as regras estabelecidas, contribuindo para uma imagem mais positiva tanto do profissional quanto da instituição perante a sociedade.

Se Liga!!



No serviço público, assim como as Leis e demais regulamentos, os princípios constitucionais devem ser observados para que a função pública se integre de forma indissociável ao direito. Alguns desses princípios são:

- **Legalidade** – todo ato administrativo deve seguir fielmente os meandros da Lei;
- **Impessoalidade** – aqui é aplicado como sinônimo de igualdade: todos devem ser tratados de forma igualitária e respeitando o que a Lei prevê;
- **Moralidade** – respeito ao padrão moral para não comprometer os bons costumes da sociedade;
- **Publicidade** – refere-se à transparência de todo ato público, salvo os casos previstos em lei; e
- **Eficiência** – ser o mais eficiente possível na utilização dos meios que são postos à sua disposição para a execução do seu mister.

QUAL A RELAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA?

A sustentabilidade é um conceito que se refere à capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades. Ela envolve a integração equilibrada de aspectos ambientais, sociais e econômicos, promovendo um desenvolvimento responsável e consciente. No contexto do serviço público, a sustentabilidade assume um papel fundamental, pois os órgãos e entidades governamentais são responsáveis por gerir recursos públicos de forma eficiente, transparente e responsável, garantindo o bem-estar social e a preservação do meio ambiente para as próximas gerações.



O embasamento técnico e jurídico da sustentabilidade nas organizações públicas está fundamentado na Constituição Federal de 1988, que estabelece princípios e diretrizes para a gestão responsável dos recursos públicos e a proteção do meio ambiente. Destaca-se, por exemplo, o [artigo 225](#), que dispõe sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo e defendê-lo. Além disso, diversas leis federais, como a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), reforçam a necessidade de práticas sustentáveis na administração pública, promovendo a eficiência na utilização dos recursos e a responsabilidade socioambiental.

A relação entre eficiência e sustentabilidade é intrínseca: enquanto a eficiência busca otimizar recursos e resultados, a sustentabilidade amplia esse conceito ao garantir que as ações administrativas também considerem os impactos ambientais e sociais a longo prazo. Assim, uma gestão pública sustentável promove o uso racional dos recursos naturais, a inclusão social e a preservação do meio ambiente, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Esse desenvolvimento é apoiado por diversos marcos internacionais, como os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#) da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelecem metas globais para erradicação da pobreza, proteção do planeta e promoção de sociedades justas e inclusivas até 2030. No âmbito corporativo e governamental, conceitos como *Environmental, Social and Governance* (ESG) vêm ganhando destaque, incentivando práticas responsáveis de governança, responsabilidade social e ambiental. Além disso, a Agenda [A3P](#) (Agenda de Ações para a Sustentabilidade na Administração Pública) é uma iniciativa brasileira que busca promover ações sustentáveis na gestão pública, alinhando-se às metas internacionais e às diretrizes nacionais.

No âmbito estadual, o Estado de Rondônia também reforça seu compromisso com a sustentabilidade por meio de legislações específicas e programas que promovem a gestão responsável dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável, alinhando-se às diretrizes federais e internacionais.

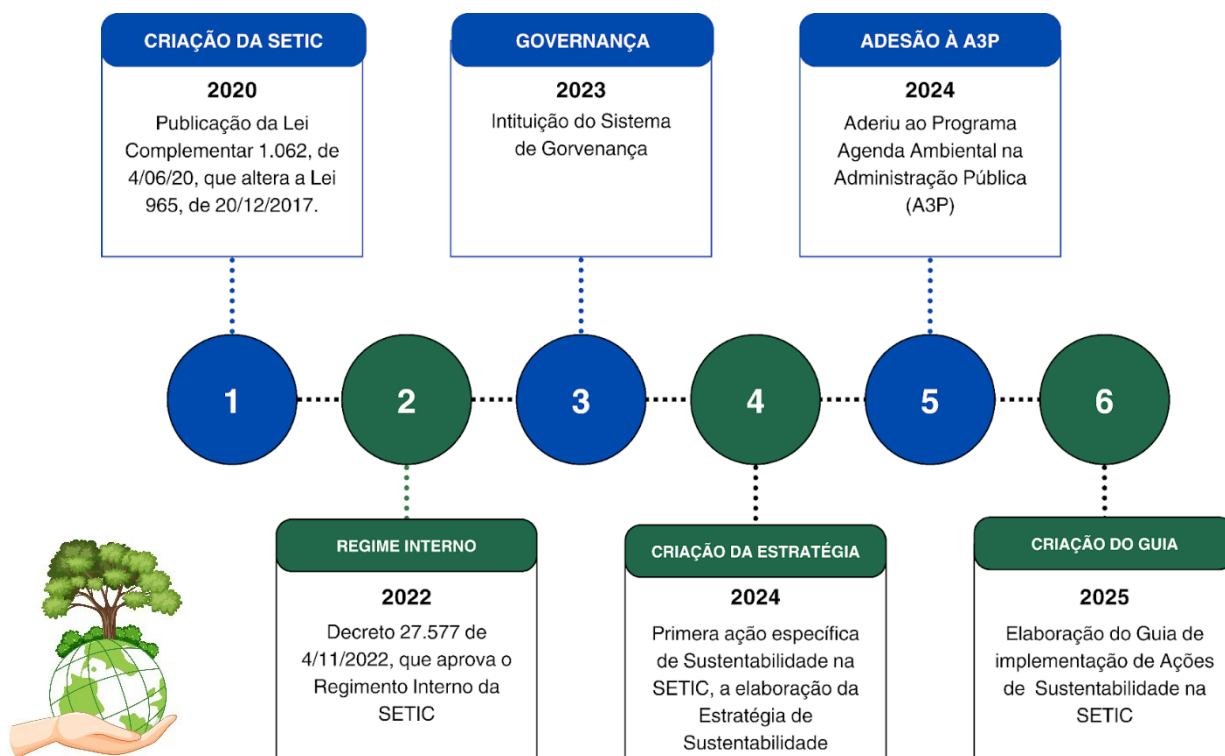
Dessa forma, a incorporação da sustentabilidade na administração pública é essencial para garantir uma gestão eficiente, responsável e alinhada aos princípios constitucionais, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social de forma equilibrada e duradoura.

Se Liga!!



Cada setor pode realizar parcerias com os servidores que já possuam o conhecimento no próprio órgão ou de outra secretaria de Estado, por exemplo.

A EVOLUÇÃO DA SETIC



OBJETIVOS DO GUIA DE SUSTENTABILIDADE DA SETIC

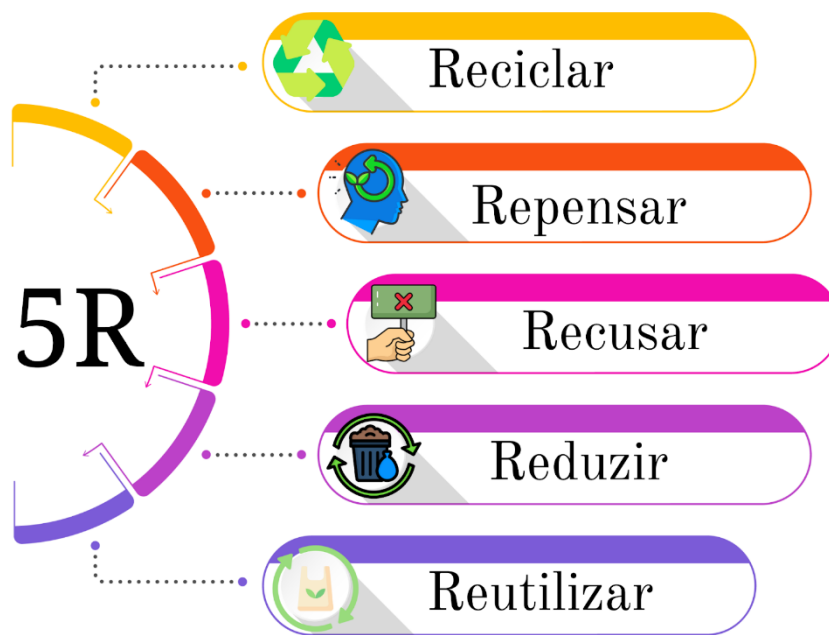
Alinhado ao objetivo da SETIC: “Promover a colaboração entre a SETIC, órgãos e entidades para impulsionar as soluções tecnológicas e científicas, visando o avanço tecnológico, o desenvolvimento sustentável e inclusivo, a inovação e o crescimento econômico”, este Guia tem como objetivo principal **fornecer informações, orientações e instruções que ajudem aos gestores**

e servidores da SETIC a entenderem melhor sobre como aplicar boas práticas de sustentabilidade, porém também busca os objetivos específicos:

- Relacionar a sustentabilidade com a Administração Pública;
- Incentivar o uso responsável da água;
- Incentivar boas práticas de contratações e desfazimento sustentáveis na SETIC;
- Incentivar os servidores da SETIC a fazer uso do descarte seletivo e de alternativas sustentáveis.;
- Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Divulgar informações sobre as estações de carregamento de transportes híbridos/elétricos e sobre os pontos de coleta seletiva para incentivar o uso;
- Promover a integração e inclusão social na SETIC;
- Promover capacitações relacionadas às áreas de TIC relacionadas com a Sustentabilidade;
- Criar uma "Sala Verde" até dezembro de 2025: espaço de tempo para debates e troca de conhecimentos); e
- Fortalecer parcerias e os meios de implementação para o desenvolvimento sustentável da SETIC.

IMPLEMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

A política dos 5 R's é uma abordagem que busca promover práticas sustentáveis e responsáveis no consumo e descarte de produtos. Ela consiste em cinco princípios: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar:



- **Reciclar** significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.
- **Repensar** a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.
- **Recusar** possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.
- **Reduzir** significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.
- **Reutilizar** é uma forma e evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.

Cada um desses passos incentiva a minimizar o impacto ambiental, incentivando a reflexão sobre nossos hábitos de consumo, a diminuir o desperdício, dar nova vida aos objetos e materiais, e promover a sustentabilidade no dia a dia. É uma maneira simples e eficaz de contribuir para a preservação do meio ambiente!



Nesse sentido, iniciar a implementação da sustentabilidade com a política dos 5 R's em uma organização pública é uma excelente iniciativa para promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

Aqui estão algumas dicas de como cada setor pode fazer isso de forma amigável e eficiente:

- Sensibilizar, envolver e capacitar a equipe: Promova treinamentos e campanhas de conscientização para que todos os colaboradores entendam a importância dos 5 R's e como aplicá-los no dia a dia.
- Revisar os Processos Internos: Analise os procedimentos/processos existentes e identifique oportunidades para reduzir o consumo de recursos, reutilizar materiais e reciclar resíduos.
- Estabelecer Políticas e Diretrizes: Crie normas internas que incentivam práticas sustentáveis, como a preferência por materiais reutilizáveis, descarte correto de resíduos e reparo de equipamentos.
- Implementar Ações Práticas: Por exemplo, incentivar o uso de papel digital, instalar pontos de coleta seletiva, promover a reutilização de materiais de escritório e manter uma rotina de manutenção para prolongar a vida útil dos equipamentos.
- Monitorar e Avaliar os Resultados: Acompanhe o impacto das ações, celebre as conquistas e ajuste as estratégias sempre que necessário para melhorar continuamente, para isso, é necessário que os indicadores sejam

adquiridos de forma transparente e formulados através de diagnósticos com o maior grau de precisão possível.

- **Envolver a Comunidade:** Incentive a participação de todos os setores e até mesmo da comunidade externa, promovendo uma cultura de sustentabilidade que vai além da organização.

Se Liga!!



Com essas ações, a organização pública pode se tornar um exemplo de responsabilidade ambiental, contribuindo para um futuro mais sustentável de forma amigável e consciente!

PONTO CHAVE

Um ponto chave no início de qualquer mudança é sensibilizar a alta gestão e os demais servidores de forma natural, é importante mostrar como a adoção da sustentabilidade pode beneficiar a organização como um todo, tanto em termos de eficiência quanto de responsabilidade social e ambiental. Você pode compartilhar exemplos práticos de outras instituições que tiveram resultados positivos, destacando que essa mudança reforça a imagem do órgão e promove economia de recursos.

Além disso, envolver os líderes em conversas abertas, ouvir suas opiniões e mostrar que a sustentabilidade é uma ação coletiva e alinhada aos valores institucionais ajuda a criar um ambiente receptivo. Assim, a mudança acontece de forma mais natural, com todos entendendo que ela é uma evolução importante para o sucesso e a responsabilidade do órgão.

Existem várias ferramentas que podem ajudar na sensibilização dos servidores de forma eficaz e envolvente. Aqui estão algumas sugestões:

1. **Workshops e Palestras:** Realizar sessões interativas com especialistas em sustentabilidade para explicar os benefícios e práticas relacionadas aos 5 R's e outros conceitos ambientais.
2. **Campanhas de Comunicação Interna:** Utilizar e-mails, cartazes digitais, murais e *newsletters* para divulgar informações, dicas práticas e histórias de sucesso, mantendo o tema sempre presente no dia a dia.

3. **Dinâmicas de Grupo e Oficinas:** Promover atividades que envolvam os servidores na identificação de ações sustentáveis que podem ser implementadas na rotina do órgão.
4. **Vídeos e Conteúdo Multimídia:** Reproduzir ou divulgar vídeos curtos e impactantes que expliquem a importância da sustentabilidade de forma leve e acessível. (*Microlearning*)
5. **Programas de Reconhecimento:** Criar incentivos e premiações para equipes ou servidores que adotem boas práticas sustentáveis, estimulando o engajamento. (Gamificação)
6. **Plataformas Digitais e Redes Sociais Internas:** Utilizar ferramentas como *intranet*, fóruns ou grupos de discussão para trocar experiências, dúvidas e boas práticas.
7. **Capacitações e Cursos Online:** Disponibilizar cursos ou módulos de aprendizagem sobre sustentabilidade, facilitando o acesso e o aprendizado contínuo.
8. **Mesa Redonda:** Quando se trata de alta gestão, é possível fazer uma mesa redonda, abordando abertamente sobre assuntos específicos que possam parecer negativos, mas que impulsionam o progresso da organização. (Recomenda-se uma mesa redonda para cada iniciativa, a fim de clarificar todo escopo e possíveis consequências positivas e negativas e de como tratar cada caso).

Essas ferramentas ajudam a criar um ambiente participativo e motivador, tornando a sensibilização mais natural e efetiva.



EIXOS TEMÁTICOS

Após o diagnóstico realizado, como resultado das ferramentas de análise SWOT e OKR's, surgiram os Eixos Temáticos que regem este documento, quais sejam:



- **Consumo Sustentável:** Uso racional dos recursos naturais evitando o desperdício.
- **Qualidade de vida do servidor:** A produtividade no ambiente de trabalho depende de como a organização gere o seu principal recurso (servidores públicos), através de melhorias focadas para o melhor desempenho da saúde, motivação, conforto e bem-estar, entre outros no local de trabalho.
- **Gestão da Informação relacionada à sustentabilidade:** Toda organização deve trabalhar de forma séria e buscar direcionar seus objetivos com diretrizes através de dados e informações.
- **Educação e Engajamento:** Para promover a conscientização e responsabilidade socioambiental, o processo de sensibilização e

capacitação deve ser pioneiro fornecendo oportunidade para que os servidores desenvolvam suas atitudes e melhor desempenho em suas atividades.

- **Fortalecimento Institucional:** As boas práticas e as parcerias fortalecem uma instituição dando exemplo de promoção da união de esforços, o compartilhamento de conhecimentos e recursos, além de fortalecer a implementação de ações sustentáveis de forma mais eficaz
- **Sustentabilidade na tecnologia da informação e comunicação:** A importância é cada vez maior, pois esse setor tem um impacto significativo no meio ambiente, social e econômico. Incorporar práticas sustentáveis na TIC ajuda a reduzir o consumo de energia, minimizar o desperdício de recursos e diminuir a pegada de carbono das operações tecnológicas. Além disso, promove o uso responsável de dispositivos, incentiva a reciclagem de equipamentos eletrônicos e estimula a adoção de soluções inovadoras e eficientes, como data centers verdes e tecnologias de nuvem sustentáveis.

EIXO: CONSUMO SUSTENTÁVEL

O consumo sustentável é um conceito fundamental para promover um relacionamento mais consciente e responsável com os recursos do nosso planeta. Ele envolve a adoção de práticas que minimizem o impacto ambiental, social e econômico de nossas ações diárias, garantindo que as gerações futuras também possam usufruir de um mundo equilibrado e saudável.



Um dos principais aspectos do consumo sustentável é o uso racional da água. Isso significa evitar desperdícios, como deixar torneiras abertas desnecessariamente, consertar vazamentos e optar por sistemas de captação de água da chuva quando possível. Cada gota conta para preservar esse recurso vital.

No que diz respeito ao descarte de lixo, a responsabilidade é fundamental. Praticar a separação correta dos resíduos, reciclar materiais e evitar o descarte de lixo em locais inadequados ajuda a reduzir a poluição e a preservar o meio ambiente. Além disso, buscar alternativas de consumo que gerem menos resíduos, como usar produtos reutilizáveis e evitar embalagens desnecessárias, faz toda a diferença.

A economia de recursos também envolve o uso consciente de energia, seja desligando aparelhos eletrônicos quando não estão em uso, optando por fontes de energia renovável ou investindo em tecnologias mais eficientes. Assim, contribuímos para a redução da emissão de gases de efeito estufa e para a diminuição do impacto ambiental.

Outro ponto importante é evitar o desperdício de recursos naturais, como alimentos, matérias-primas e combustíveis. Planejar compras, consumir apenas o necessário e valorizar produtos locais e sustentáveis são atitudes que ajudam a preservar os recursos do planeta.

Por fim, o consumo sustentável também está ligado à escolha de produtos e serviços que tenham menor impacto ambiental e social, apoiando empresas que adotam práticas responsáveis e promovem a sustentabilidade. Adotar o consumo sustentável é uma responsabilidade de todos nós. Pequenas ações no dia a dia, quando somadas, podem gerar um grande impacto positivo para o meio ambiente, para a sociedade e para o nosso próprio bem-estar. Vamos juntos fazer a diferença!

Incentivando o uso responsável da água

A água é fundamental para a manutenção da vida no planeta, sendo essencial para seres humanos, animais e plantas. Ela participa do ciclo da água, que regula o clima e sustenta a cadeia alimentar, garantindo o equilíbrio dos ecossistemas. Sem ela, a vida como conhecemos não seria possível, e a preservação desse recurso é vital para o futuro do planeta.

Na saúde e higiene, a água desempenha papel central, sendo indispensável para o consumo, limpeza pessoal, saneamento e prevenção de doenças. Manter a água potável e livre de contaminações é uma responsabilidade coletiva, que envolve cuidados com o tratamento,

armazenamento e descarte de resíduos, garantindo sua qualidade e segurança para todos.

A Lei nº 9.433/1997 e suas alterações, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, reconhece a água como bem de domínio público, ou seja, de uso comum de toda a sociedade. Seus artigos preveem a gestão descentralizada, com participação social, e a necessidade de preservação, uso racional e proteção dos recursos hídricos. A lei também estabelece que o uso da água deve ser sustentável, promovendo o equilíbrio entre a demanda e a disponibilidade, garantindo que esse recurso vital seja preservado para as gerações futuras.



Incentivar o uso responsável da água é fundamental para assegurar sua disponibilidade, proteger o meio ambiente e promover a saúde pública, contribuindo para um futuro mais sustentável e consciente.

Para economizar água no dia a dia, pequenas ações podem fazer uma grande diferença. Como fechar a torneira enquanto escova os dentes, tomar banhos mais rápidos, consertar vazamentos assim que forem identificados e reutilizar a água sempre que possível são atitudes simples, mas eficazes. Além disso, utilizar equipamentos eficientes, como torneiras e chuveiros com baixo fluxo, ajuda a reduzir o consumo sem perder o conforto.

A capacitação dos servidores públicos e profissionais envolvidos na gestão dos recursos hídricos é fundamental para a preservação da água do nosso planeta. Ao receberem informações atualizadas e treinamentos específicos, esses profissionais podem implementar práticas sustentáveis, orientar a comunidade e promover ações de conscientização. Investir na formação dessas pessoas garante que as políticas de preservação e uso racional da água sejam efetivas, contribuindo para a proteção dos recursos

hídricos e para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável.

Juntos, podemos fazer a diferença na preservação da água, garantindo que esse recurso tão precioso continue a sustentar a vida no planeta por muitas gerações.

E como podemos fazer o Incentivo?

Se Liga!!



As capacitações se tornam sustentáveis, entre si, quando se convidam servidores da própria esfera ou diversa, no formato de parceria colaborativa, de ambos, visando a economia no lugar de uma contratação. Claro que, sempre deve-se analisar, pois cada caso é um caso, dependendo da relevância do tema e da iniciativa.

Incentivar boas práticas de contratações e desfazimento sustentáveis na SETIC

Com a revogação da antiga sistemática introduzida pela Lei nº 8.666/1993 e com atenção às novas regras da nova Lei de Licitações 14.133/2021, os órgãos da administração pública precisam se adequar, no que concerne à sustentabilidade, dentre outras mudanças referenciadas na nova lei.

Quando um contrato se torna muito oneroso por conta dos requisitos da própria Lei de Licitações, o ideal é buscar alternativas que possam aliviar essa carga. Uma das opções é solicitar um reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre dentro dos procedimentos legais, para ajustar os valores ou condições.

Além disso, é importante consultar os órgãos responsáveis pela fiscalização e gestão de contratos públicos, como a comissão de licitações ou o setor jurídico, para verificar se há possibilidades de alterar ou rescindir o contrato de forma legal e segura. Em alguns casos, pode ser necessário abrir uma nova licitação ou buscar outras formas de contratação que sejam mais viáveis financeiramente.

O mais importante é seguir sempre os procedimentos previstos na legislação para evitar problemas futuros e garantir a transparência e legalidade do processo. Se precisar de orientações específicas, recomenda-se consultar um profissional especializado em direito público ou licitações do seu órgão.

É importante ter conhecimento das orientações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) e o Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que estabelece normas complementares para a execução da Lei nº 14.133/2021 no âmbito estadual, reconhecidos como meios que oferecem segurança jurídica aos gestores na implementação, sendo instrumentos facilitador para contratações sustentáveis.

E tanto nas compras específicas de tecnologia da informação e comunicação, assim como em quaisquer compras que necessitem da utilização dos parâmetros dessa nova lei, faz-se necessário que os órgãos da administração pública busquem conviver com essa nova realidade, a fim de promover o desenvolvimento sustentável como princípio e objetivo das contratações públicas.

Já foi recomendado, neste guia que os princípios, leis e regras são de extrema importância para o andamento dos serviços públicos, a diferença aqui, é que precisam obedecer também aos requisitos legais e devem zelar pela obtenção da proposta mais vantajosa que contemple os aspectos econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para o aumento da eficiência da gestão pública.

Se Liga!!



É importante, também, relacionar o consumo da água com as compras dos galões que fornecem esse bem em nosso ambiente de trabalho. Nesse sentido, pode-se certificar se a empresa fornecedora está de acordo com os requisitos previstos na lei de licitações.

E claro, incentivar boas práticas de contratações e desfazimento sustentáveis na organização.

Incentivar os servidores da SETIC a fazer uso do descarte seletivo e de alternativas sustentáveis.

A gestão de resíduos envolve o recolhimento regular, transporte, bem como processamento, eliminação ou reciclagem e monitorização de diferentes tipos de resíduos e desempenha um papel importante nas organizações e na sociedade em geral, cabendo ao setor público a responsabilidade de gerir resíduos e materiais indesejados dentro dos seus estabelecimentos.

Gestão de Resíduos

A gestão de resíduos no Brasil é regulamentada pelas normas do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e pela [Lei 12.305/2010](#) que altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O objetivo é minimizar o impacto ambiental, incentivar a reciclagem e garantir o descarte adequado dos resíduos.

A PNRS fornece diretrizes gerais e formula a política nacional, enquanto o CONAMA é responsável por especificar e regulamentar aspectos técnicos de diferentes setores. A legislação visa promover a gestão sustentável de resíduos no Brasil, reduzir o impacto ambiental e incentivar uma economia circular.

Importância da Gestão de Resíduos



Redução do Impacto Ambiental: O descarte inadequado de resíduos pode levar à contaminação do solo e da água, prejudicando ecossistemas inteiros. A gestão eficaz ajuda a minimizar esses impactos, protegendo o meio ambiente.

Conformidade Regulamentar: Muitas nações têm regulamentações rigorosas para garantir a gestão adequada dos resíduos. Empresas que não cumprem essas normas podem enfrentar multas significativas e até o fechamento de suas operações.

Economia de Custos: A gestão eficiente de resíduos pode resultar em economia significativa para empresas e governos. A reciclagem e a reutilização de materiais reduzem os custos associados ao descarte e ao transporte.

Melhoria da Imagem Corporativa: Empresas que adotam práticas responsáveis na gestão de resíduos demonstram compromisso com a sustentabilidade, atraindo consumidores conscientes e melhorando sua reputação perante investidores e a comunidade.

Promoção da Economia Circular: A gestão de resíduos é fundamental para promover a economia circular, que valoriza a redução, reutilização e reciclagem de materiais, contribuindo para um uso mais sustentável dos recursos.

Saúde Pública: Uma gestão adequada minimiza os riscos à saúde pública associados ao descarte inadequado de resíduos, prevenindo doenças e epidemias.



Práticas Eficazes na Gestão de Resíduos

Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS): O PGRS deve ser elaborado por todas as entidades geradoras, definindo estratégias claras para o manejo adequado dos resíduos.

Educação e Conscientização: É essencial educar a população sobre a importância da gestão de resíduos e as práticas corretas para o descarte adequado.

Inovação Tecnológica: O uso de tecnologias avançadas pode melhorar os processos de coleta, tratamento e reciclagem dos resíduos, aumentando a eficiência do gerenciamento.

Logística Reversa: Sistemas que garantem o retorno dos produtos ao ciclo produtivo após o uso são essenciais para reduzir a geração de resíduos.

Impacto da má gestão dos resíduos

A má gestão do lixo pode causar impactos ambientais, sociais e econômicos significativos. Quando os resíduos não são descartados corretamente, podem gerar poluição, problemas de saúde pública e prejuízos financeiros para a sociedade.

Impactos ambientais

Contaminação do solo e da água: O descarte inadequado de resíduos pode gerar **chorume** (líquido tóxico resultante da decomposição do lixo), que infiltra no solo e contamina lençóis freáticos e rios.

Poluição do ar: Queimar lixo a céu aberto libera substâncias tóxicas, como dioxinas e furanos, prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A

decomposição de resíduos orgânicos em lixões gera **metano (CH₄)**, um gás de efeito estufa que contribui para o **aquecimento global**.

Impacto na biodiversidade: Animais terrestres e marinhos ingerem plástico e outros resíduos, causando intoxicações e mortes. O lixo nos oceanos forma grandes **ilhas de plástico**, prejudicando ecossistemas inteiros.

Impactos Sociais

Problema na saúde pública: Lixões a céu aberto atraem vetores de doenças, como ratos, mosquitos e baratas, aumentando casos de dengue, leptospirose e infecções respiratórias.

Precarização do trabalho dos catadores: Sem coleta seletiva adequada, catadores de materiais recicláveis trabalham em condições insalubres, muitas vezes sem equipamentos de proteção.

Inundações em áreas urbanas: O descarte irregular de lixo em ruas e rios entope bueiros, agravando alagamentos e enchentes.

Impactos Econômicos

Aumento dos custos públicos: O tratamento de doenças relacionadas ao lixo e a necessidade de recuperação ambiental geram altos custos para governos e sociedade. Aterros sanitários sobrecarregados aumentam despesas com gestão de resíduos.

Desperdício de recursos recicláveis: Materiais como papel, vidro, plástico e metal poderiam ser **reaproveitados** e gerar renda, mas acabam descartados incorretamente. A economia circular é prejudicada, reduzindo oportunidades de emprego no setor de reciclagem.

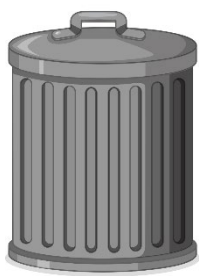
Desvalorização imobiliária: Áreas próximas a lixões e aterros sanitários sofrem queda no valor dos imóveis devido ao mau cheiro, poluição e riscos ambientais.

Classificação de resíduos e lixos

A classificação de resíduos é fundamental para a gestão adequada de materiais, sendo essencial a separação de forma adequada. A Resolução CONAMA nº 275/2001 padroniza as cores das lixeiras para diferentes tipos de resíduos.

Separação de Lixo

A separação adequada do lixo em orgânico, seco e outros tipos é fundamental para promover uma cidade mais limpa e saudável, mesmo que ainda não exista um sistema organizado de recolhimento para todos. Muitas vezes, os catadores vão diretamente às lixeiras residenciais, e nesse caso, ao separar e identificar corretamente os resíduos em casa ou na empresa, ajudamos a evitar a desorganização e o acúmulo de lixo espalhado pelas ruas. Além disso, essa prática reduz a proliferação de animais indesejáveis que podem transmitir doenças ao ser humano, contribuindo para um ambiente mais seguro e higiênico para todos. Cada pequena ação de organização faz uma grande diferença na saúde pública e na preservação do nosso espaço urbano!



A **lixeira com tampa** é indicada para resíduos orgânicos, recicláveis ou sanitários, pois evita odores e contato direto com o lixo. A vantagem desta lixeira é a redução de odores, mantendo a higiene principalmente em locais fechados, e evitando a proliferação de insetos e roedores. A desvantagem pode ser a dificuldade no descarte rápido de resíduos e se a tampa da lixeira for manual, pode aumentar o risco de contato com contaminantes.



A **lixeira sem tampa** é ideal para papéis secos e resíduos não orgânicos em escritórios e áreas de baixo risco sanitário. Esta lixeira facilita no descarte rápido, sendo uma boa opção para locais com alto fluxo de pessoal, no entanto a desvantagem pode ser evidente na exposição dos resíduos ao ambiente o qual pode atrair insetos e animais e gerar mal cheiro, dependendo do tipo de resíduo que for descartado.



A **lixeira com pedal** é muito utilizada em hospitais, cozinhas e banheiros, onde a higiene é essencial. Sendo uma vantagem a abertura sem a utilização das mãos, evitando assim a contaminação, sendo boa para o descarte de resíduos sanitários e orgânicos. A desvantagem é a dificuldade em descarte volumoso e o desgaste do pedal com o tempo.



A **lixeira basculante** é indicada para cozinhas, banheiros e locais onde a higienização é prioritária, sendo como vantagem a abertura sem o contato com o lixo, no entanto, a lixeira pode não suportar grandes volumes de resíduos e caso seja de material frágil, a tampa pode quebrar com facilidade.



A **lixeira subterrânea** é utilizada em grandes centros urbanos para armazenar grandes volumes de lixo sem impacto visual. A vantagem na utilização desta lixeira é a diminuição da poluição visual e os odores nas ruas, reduz o risco de vandalismo e acesso de animais, porém, tem como desvantagem o custo elevado da instalação e manutenção, e requer caminhões específicos para coleta.



A **lixeira seletiva** é utilizada para a separação correta de resíduos recicláveis e não recicláveis. Tem como vantagem a facilidade da reciclagem e destinação correta dos resíduos, assim como a contribuição para a sustentabilidade, porém requer a conscientização e educação ambiental para a utilização correta.

Se Liga!!



Em se tratando de dúvidas referente a escolha da lixeira quanto às desvantagens de lixeira aberta ou com tampa, recomenda-se analisar se os locais, quando fechados como cozinhas e escritórios ou locais onde o lixo não seja recolhido com frequência diária e o tipo de lixo, pois as lixeiras, abertas e sem tampa devem ser evitadas, no caso de lixos orgânicos, que podem gerar odores e atrair animais, devem sempre ter tampa que os isole bem,

ajudando a evitar a proliferação de insetos e bichos que podem causar doenças. Assim, o uso de lixeiras com tampa adequada é uma medida simples, mas essencial, para manter a higiene, a saúde pública e o ambiente mais limpo e seguro para todos.

Já as lixeiras destinadas ao lixo seco, como papéis, plásticos e embalagens, podem ser abertas, pois esses resíduos não geram mau cheiro ou risco de contaminação.



Essas recomendações são viáveis desde que as pessoas que transitam pelo ambiente sejam de fato treinadas para o uso correto de cada tipo de lixeira, e/ou que as lixeiras sejam bem identificadas, pois não adianta colocar descartáveis sujos de comida ou bebidas, com exceção da água, em lixeiras abertas que não tenham recolhimento diário, dentre outros casos possíveis!

Em conclusão ao tópico de gestão de resíduos, o diagnóstico de consumo de descartáveis na SETIC evidenciou a importância de ações estratégicas e iniciativas voltadas à sustentabilidade e à conscientização de todos os servidores.

As visitas técnicas às empresas de coleta e reciclagem, a serem realizadas com a participação de pelo menos 40 servidores, proporcionarão aprendizados valiosos, além de fortalecerem a compreensão sobre os processos de reciclagem e a satisfação dos envolvidos, reforçando o compromisso com práticas mais responsáveis.

Dessa forma, podem ser feitas campanhas de conscientização, implementação e a promoção contínua do uso de *kits* reutilizáveis — como copos, talheres e garrafas — durante palestras, vídeos e demais ações reforça a importância de práticas sustentáveis no dia a dia, contratos com fornecedores sustentáveis e incentivos por meio de gamificação.

Além disso, essas iniciativas, integradas a uma política interna de orientações e ao reconhecimento dos esforços dos servidores, consolidam uma cultura organizacional mais consciente e comprometida com a preservação do meio ambiente. Assim, a SETIC avançará rumo a uma gestão mais sustentável, promovendo benefícios ambientais e econômicos.

EIXO: QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR

Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho: Promovendo Sustentabilidade e Produtividade dos Servidores Públicos

A busca por um ambiente de trabalho saudável e sustentável é fundamental para garantir o bem-estar e a produtividade dos servidores públicos. Quando investimos em ações que promovem a segurança, a saúde física e mental, além de incentivar a gestão emocional, a inclusão social e práticas de vida ativa, criamos um espaço mais harmonioso e eficiente. Essas iniciativas não apenas beneficiam os profissionais individualmente, mas também fortalecem a qualidade do serviço público oferecido à sociedade, promovendo uma cultura de cuidado, respeito e valorização de todos.



A segurança do trabalho deve ser prioridade, com a implementação de medidas preventivas, uso de equipamentos de proteção e treinamentos constantes. Assim, evitamos acidentes e criamos um ambiente mais confiável para todos. A saúde, por sua vez, é fortalecida por programas de promoção de vida ativa, que incentivam a prática de atividades físicas, além de momentos de descontração e ginástica laboral, que ajudam a aliviar tensões e melhorar a postura durante o expediente. Além disso, realizar diagnósticos profissionais periódicos, tais como: permite identificar necessidades específicas, orientar ações de melhoria e promover um ambiente mais saudável e produtivo.

A gestão emocional também desempenha papel importante, ajudando os servidores a lidarem melhor com o estresse e as pressões do dia a dia. Espaços para momentos de descontração, como pausas para conversas ou atividades recreativas-educativas, promovem o bem-estar psicológico e fortalecem o espírito de equipe.

A inclusão social é outro aspecto essencial, garantindo que todos tenham acesso às mesmas oportunidades e sejam valorizados em suas diferenças.

Ao integrar esses temas como segurança do trabalho, saúde, gestão emocional, inclusão social e práticas de bem-estar, de forma estratégica, as organizações públicas podem construir um ambiente de trabalho mais sustentável, onde a qualidade de vida dos servidores é prioridade, resulta em maior eficiência, satisfação e um serviço público mais humanizado e eficaz. refletindo positivamente na sociedade como um todo. Investir na saúde e no bem-estar dos profissionais é, portanto, um passo essencial para fortalecer o setor público e promover uma cultura de cuidado e valorização contínuos.

EIXO: GESTÃO DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE

Divulgar informações sobre as estações de carregamento de transportes híbridos/elétricos e sobre os pontos de coleta seletiva para incentivar o uso.

A Importância da Gestão da Informação e seu papel na sustentabilidade

A gestão da informação é fundamental para o sucesso de qualquer organização, especialmente quando se trata de promover ações sustentáveis e responsáveis. Ter acesso a dados precisos, atualizados e bem-organizados permite que gestores e servidores tomem decisões mais conscientes, eficientes e alinhadas com os objetivos de sustentabilidade.

Gestão das Informações relacionadas à sustentabilidade

No contexto da sustentabilidade, a gestão eficiente das informações é ainda mais crucial. Ela envolve a coleta, organização e análise de dados sobre pontos de coleta seletiva, estações de carregamento de veículos elétricos ou híbridos, além de informações de geolocalização desses locais. Essas informações ajudam a criar um mapa atualizado e acessível, facilitando a mobilidade sustentável e o descarte correto de resíduos.

Por exemplo, ao disponibilizar informações de geolocalização de pontos de coleta seletiva e estações de carregamento, os servidores podem facilmente localizar o ponto mais próximo para descarte de resíduos recicláveis ou para carregar seus

veículos elétricos. Essa transparência incentiva a participação ativa de todos na preservação do meio ambiente.

Impacto na ação e incentivo à sustentabilidade

Quando as informações estão acessíveis e bem gerenciadas, elas se tornam ferramentas poderosas para incentivar comportamentos sustentáveis. Os servidores podem se orientar a levar seus resíduos até os ecopontos mais próximos, contribuindo para a redução do lixo, aumento da reciclagem e pode diminuir o tempo em transporte que polui. Além disso, ao conhecerem a localização das estações de carregamento, podem optar por usar veículos híbridos ou elétricos, promovendo uma mobilidade mais limpa e eficiente.

Ao promover essa cultura de informação acessível, estamos não apenas facilitando ações sustentáveis, mas também estimulando uma mudança de comportamento que beneficia toda a sociedade e o meio ambiente. Afinal, informações bem gerenciadas são o primeiro passo para ações concretas e responsáveis.

EIXO: EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO

Promover a integração e inclusão social na Setic.

A Importância do Eixo: Educação e Engajamento na Setic

No mundo atual, a educação e o engajamento social são pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade mais justa e participativa. Na Setic, esses elementos ganham ainda mais relevância, pois promovem a inclusão social, fortalecem a cidadania e estimulam a participação ativa de todos os envolvidos na gestão pública e na preservação do meio ambiente.

O objetivo principal do eixo Educação e Engajamento na Setic é promover a integração e inclusão social, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso às informações, conhecimentos e oportunidades de participação. Para alcançar esse objetivo, diversas iniciativas são implementadas, como campanhas educativas, oficinas de sensibilização,

programas de capacitação e ações de comunicação que envolvem diferentes públicos, incluindo comunidades vulneráveis.

Essas ações visam criar uma cultura de responsabilidade compartilhada, onde cada indivíduo se sente parte do processo de transformação social e ambiental. Além disso, o engajamento ativo da comunidade é fundamental para o sucesso de projetos de sustentabilidade, pois incentiva a adoção de práticas conscientes e o fortalecimento do senso de pertencimento.

Ao investir na educação e no engajamento social e técnico, a Setic promove uma sociedade mais inclusiva, participativa e consciente de seu papel na construção de um futuro sustentável. Essas ações não apenas fortalecem a integração social, mas também criam uma rede de colaboração que potencializa os resultados de todas as iniciativas voltadas ao bem comum. Assim, a educação e o engajamento se tornam ferramentas poderosas para transformar a sociedade e garantir um ambiente mais justo e equilibrado para todos.

Promover capacitações relacionadas às áreas de TIC relacionadas com a Sustentabilidade

Capacitações técnicas (busca da excelência profissional)

Promover a capacitação dos servidores é fundamental para desenvolver e estimular a melhoria da qualidade e a integração entre sustentabilidade e TIC, aumentando a eficiência e alinhando os servidores às políticas públicas sustentáveis voltadas para a Agenda 2030 e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), além de fortalecer a cultura organizacional, tornando o servidor um multiplicador de boas práticas socioambientais e de inovação.

A sensibilização e a capacitação representam etapas fundamentais para o fortalecimento da gestão sustentável, alinhadas aos valores institucionais. Essas ações visam tanto à excelência profissional quanto ao aprimoramento técnico dos colaboradores, promovendo uma atuação mais consciente, ética e eficaz. É fundamental investir em educação continuada, projetos colaborativos

e no uso consciente da tecnologia para a construção de um futuro mais sustentável.

O processo de sensibilização tem como propósito despertar a consciência crítica dos servidores sobre a importância da sustentabilidade aplicada à TIC, bem como os impactos de suas ações no ambiente institucional. Por meio de orientação, informação e atividades educativas, busca-se promover o engajamento necessário para a gestão eficiente e responsável das iniciativas a serem implementadas.

A capacitação garante o aprimoramento contínuo por meio de cursos, oficinas e outras atividades de desenvolvimento profissional, aliando formação crítica e ética. Trata-se de um elemento essencial para o desenvolvimento de soluções sustentáveis, ao integrar inovação, responsabilidade ambiental e eficiência operacional. Seu principal objetivo é fortalecer as competências técnicas e comportamentais dos servidores, assegurando que suas práticas estejam alinhadas às metas organizacionais e aos compromissos institucionais com o desenvolvimento sustentável.

A excelência profissional envolve o compromisso contínuo com a qualidade, a ética e os resultados. No contexto da sustentabilidade, isso significa atuar de forma proativa, com foco em inovação, responsabilidade socioambiental e melhoria constante dos processos.

ESG na Gestão pública

A adesão de órgãos públicos aos princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) é crucial para a construção de uma gestão pública sustentável e alinhada aos preceitos constitucionais. Essa abordagem não apenas



aprimora a eficiência administrativa, mas também promove a justiça social, a proteção ambiental e a confiança da população, fortalecendo a legitimidade do governo.

A integração do ESG no setor público requer a implementação de práticas que visem a redução do impacto ambiental, como a gestão eficiente de recursos e a promoção da economia circular. No âmbito social, é fundamental garantir a

inclusão, a diversidade e a participação cidadã nas decisões públicas, promovendo o bem-estar social. Já na governança, a transparência, a ética e a responsabilidade são pilares essenciais para a construção de uma gestão pública mais justa e eficiente.

A adoção de práticas ESG no setor público não é apenas uma questão de tendência, mas sim uma necessidade para garantir a sustentabilidade a longo prazo e o cumprimento dos princípios constitucionais de igualdade, justiça e bem-estar social. Ao incorporar esses princípios, os órgãos públicos demonstram compromisso com o futuro, fortalecem sua reputação e constroem um legado de confiança e desenvolvimento sustentável para as próximas gerações.

O ESG, sigla para Ambiental, Social e Governança, é um conjunto de práticas que avalia o desempenho de uma organização em relação ao meio ambiente, à sociedade e à sua gestão interna. Na gestão pública, a aplicação do ESG visa promover a sustentabilidade, a equidade e a eficiência nas ações governamentais. A aplicação de práticas ESG pode tornar as instituições públicas mais resilientes a crises e desafios futuros, como as mudanças climáticas.

Como aplicar ESG na gestão pública?

A implementação do ESG na gestão pública requer uma abordagem estratégica e integrada, envolvendo diversas áreas e níveis de governo.

O ESG na gestão pública representa uma oportunidade para transformar a forma como os governos atuam, promovendo um desenvolvimento mais sustentável, justo e eficiente. Ao adotar práticas ESG, os governos podem melhorar a qualidade de vida da população, fortalecer a confiança da sociedade e construir um futuro mais promissor para as próximas gerações.

Passos para implementação



Engajamento e Compromisso:

É fundamental o envolvimento dos líderes e gestores públicos na definição de políticas de Estado alinhadas com a agenda ESG do órgão.

Definição de Estratégias:

Desenvolver estratégias específicas para cada pilar do ESG (ambiental, social e governança), considerando os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

Transparência e Prestação de Contas:

Implementar práticas de transparência e combate à corrupção, garantindo a divulgação de informações relevantes e a participação da sociedade civil.

Gestão Sustentável de Recursos:

Adotar práticas de gestão ambiental, como a redução de emissões, o uso eficiente de recursos naturais e a promoção da economia circular.

Inclusão e Equidade Social:

Implementar políticas e programas que promovam a igualdade de oportunidades, a inclusão social e o combate às desigualdades.

Fortalecimento da Governança:

Estabelecer mecanismos de controle interno, avaliação de desempenho e gestão de riscos, garantindo a eficiência e a ética na administração pública.

Monitoramento e Avaliação:

Implementar sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso das ações ESG e garantir que os resultados sejam alcançados.

Benefícios da implementação**Melhora da imagem e reputação do governo:**

A adoção de práticas ESG demonstra o compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social, aumentando a confiança da população.

Aumento da eficiência e redução de custos:

A gestão sustentável de recursos e a otimização de processos podem levar à redução de custos e ao uso mais eficiente dos recursos públicos.

Melhora da qualidade de vida da população:

A implementação de políticas sociais e ambientais pode melhorar a qualidade de vida da população, promovendo a inclusão social e a proteção do meio ambiente.

Modelo de Negócio e sustentabilidade

Diante de uma crescente exigência por práticas sustentáveis, a adoção de um modelo de negócio melhora a eficiência operacional, bem como os impactos sociais e ambientais. As ações a serem aplicadas devem estar

alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tornando a cultura institucional mais ética, inclusiva e sustentável.

O modelo de negócio deve adotar uma abordagem consciente e coletiva, integrando os aspectos sociais à estratégia organizacional, com foco na sustentabilidade. As práticas ecologicamente corretas vão além do descarte adequado de resíduos, incluindo também a valorização da dignidade dos servidores, por meio da garantia de condições de trabalho adequadas.

O objetivo é desenvolver um projeto viável para o órgão e seus servidores, considerando que as soluções propostas podem não gerar lucro direto, mas devem apresentar custos acessíveis, estar em conformidade com as obrigações legais e refletir uma atuação responsável. Dessa forma, busca-se respeitar todas as partes envolvidas e promover a maximização do valor público, com responsabilidade socioambiental.

Essas ações podem ser aplicadas tanto individualmente quanto em grupo, resultando na diminuição dos impactos ambientais e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Dentre as ações que serão aplicadas, podemos encontrar:

- Reciclagem do lixo;
- Redução do uso de copos descartáveis (plásticos);
- Organização ergonômica;
- Treinamento dos colaboradores.

As práticas sustentáveis são essenciais para construir um futuro mais equilibrado, garantir a preservação no ambiente organizacional e contribuir para a imagem positiva da SETIC, assumindo um papel de relevância no cenário global. Elas também podem ser benéficas para a preservação do meio ambiente, a melhoria na qualidade organizacional, o bem-estar, entre outros aspectos.

Ao contrário do que se pensa, a gestão ambiental não pretende frear o crescimento econômico para proteger o meio ambiente, pelo contrário busca esclarecer que não haverá crescimento econômico ilimitado utilizando recursos naturais restritos. (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008)

Essa abordagem inovadora de se fazer negócios, simboliza o conceito de sustentabilidade empresarial, no sentido de viabilizar economicamente empreendimentos, combinado com a preservação da integridade ambiental e o estabelecimento de relacionamentos harmoniosos na sociedade. (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008, p. 237)

Vale lembrar que a sustentabilidade não é aplicada em apenas uma ação adicional a ser criada, ela deve ser inserida no cotidiano e nas diretrizes estratégicas.

Transformação Digital e sustentabilidade

Antes de tudo, é fundamental compreender de forma sólida ambos os conceitos. A Transformação Digital tem como objetivo principal substituir processos manuais e físicos por soluções digitais, com o intuito de otimizar, agilizar e modernizar as atividades e rotinas organizacionais. Por sua vez, a Sustentabilidade está pautada em práticas responsáveis que promovem o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, contribuindo para um ambiente corporativo mais consciente e comprometido com o meio ambiente.



Quando integradas, a transformação digital e a sustentabilidade tornam-se aliadas estratégicas na criação de modelos de negócio mais eficientes, inteligentes e responsáveis. Essa combinação possibilita o aumento da produtividade e a melhoria na qualidade das tomadas de decisão, ao mesmo tempo em que promove a integração da sustentabilidade nas operações institucionais.

A automação de processos internos, proporcionada pela transformação digital, contribui significativamente para a redução do uso de recursos, a minimização de desperdícios e a otimização do tempo e dos esforços humanos. Trata-se de uma oportunidade valiosa para alinhar inovação tecnológica com responsabilidade socioambiental, tornando as organizações mais resilientes, transparentes e preparadas para os desafios contemporâneos.

Vantagens dessa combinação:

A combinação de transformação digital e sustentabilidade pode melhorar a eficiência e a competitividade das empresas no setor público com maior eficiência, redução de custos, melhoria na prestação de serviços, maior transparência e maior participação cidadã;

Ao adotar tecnologias digitais, os órgãos podem otimizar processos internos, facilitar o acesso à informação para cidadãos e promover a inovação e a modernização da gestão pública;

Pode contribuir significativamente para um futuro mais verde; e

Pode melhorar a reputação e aumentar o apelo junto a investidores e clientes;

Tecnologias que podem ajudar Inteligência artificial, Big data analytics, Computação em nuvem, Internet das Coisas (IoT), Assinatura eletrônica. (Parcerias visando a obtenção dessas tecnologias são de extrema importância para a sustentabilidade da organização pública.

Gestão de processos e automação sustentável

A automação de processos em organizações públicas é uma estratégia fundamental para promover a transformação digital, buscando aumentar a eficiência, reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Para alcançar esses objetivos, é essencial que os processos sejam cuidadosamente mapeados e otimizados antes de sua automação, garantindo que a tecnologia seja aplicada de forma inteligente e eficaz.

O mapeamento dos processos permite identificar todas as etapas envolvidas, pontos de gargalo, atividades redundantes e oportunidades de melhoria. Essa análise detalhada é crucial para entender o fluxo de trabalho e estabelecer uma base sólida para a automação. Nesse contexto, a metodologia Lean Six Sigma se destaca como uma ferramenta poderosa, pois combina a redução de desperdícios (Lean) com a busca pela qualidade e precisão (Six Sigma).

Ao aplicar os princípios do Lean Six Sigma na otimização dos processos, as organizações públicas podem eliminar atividades que não agregam valor, simplificar procedimentos complexos e padronizar tarefas, resultando em

processos mais enxutos e eficientes. Essa abordagem também ajuda a identificar variações e defeitos, possibilitando ações corretivas que elevam a qualidade do serviço público.

Após a otimização, a automação entra como um catalisador para consolidar as melhorias, automatizando tarefas repetitivas, reduzindo o erro humano e acelerando o atendimento ao cidadão. Dessa forma, a combinação do mapeamento detalhado, da otimização com Lean Six Sigma e da automação tecnológica cria um ciclo virtuoso de transformação digital, promovendo uma gestão pública sustentável mais moderna, transparente e eficiente.

Agilidade no contexto da Transformação Digital

A agilidade tem se tornado um conceito cada vez mais importante para organizações públicas que buscam melhorar sua eficiência, responder rapidamente às demandas da sociedade e promover uma gestão mais moderna e flexível. No contexto do setor público, a agilidade não significa abandonar métodos tradicionais, mas sim adaptá-los de forma inteligente às necessidades específicas de cada programa ou projeto.

Tradicionalmente, muitas organizações públicas utilizam abordagens mais rígidas, como o modelo em cascata, que segue etapas sequenciais e detalhadas. Essa metodologia é útil em projetos com requisitos bem definidos e pouco sujeitos a mudanças, garantindo controle e previsibilidade. No entanto, ela pode ser lenta e menos eficiente diante de demandas que evoluem rapidamente ou que exigem ajustes frequentes.

Por outro lado, a adoção de metodologias ágeis permite uma maior flexibilidade, entregas mais rápidas e uma melhor adaptação às mudanças. Em programas e projetos que envolvem inovação, inovação social ou que precisam de feedback contínuo, a agilidade possibilita ajustes frequentes, maior envolvimento das partes interessadas e uma resposta mais eficiente às necessidades da sociedade.

A chave está em entender que nem todos os projetos se beneficiam da mesma abordagem. Em alguns casos, o método tradicional garante maior controle e segurança, enquanto em outros, a agilidade promove maior

dinamismo e inovação. Assim, uma gestão inteligente avalia o contexto, os objetivos e as características de cada iniciativa, escolhendo a abordagem mais adequada.

Ao integrar práticas ágeis de forma planejada, as organizações públicas podem acelerar processos, melhorar a transparência e aumentar a satisfação dos cidadãos. Essa flexibilidade, aliada ao rigor do método tradicional quando necessário, cria um ambiente mais eficiente, adaptável e preparado para os desafios do setor público na era da transformação digital.

Segurança da Informação no contexto da Transformação Digital

A transformação digital e a modernização dos serviços públicos são essenciais para oferecer uma gestão mais eficiente e sustentável, transparente e acessível à sociedade. Nesse processo, a automação de processos desempenha um papel fundamental, pois permite otimizar tarefas repetitivas, reduzir erros humanos e acelerar o atendimento ao cidadão. Ao automatizar procedimentos, as organizações públicas podem liberar recursos e focar em atividades de maior valor, promovendo uma gestão mais ágil e eficaz.

Porém, ao avançar na digitalização, a segurança da informação se torna uma prioridade indispensável. Garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados é fundamental para proteger informações sensíveis dos cidadãos e evitar vulnerabilidades que possam comprometer a confiança na administração pública. A implementação de medidas de segurança robustas, como criptografia, controle de acesso e monitoramento contínuo, assegura que a transformação digital seja realizada de forma responsável e segura.

Assim, a combinação de automação de processos com uma forte estratégia de segurança da informação cria um ambiente digital confiável, onde os serviços públicos podem evoluir de maneira sustentável e segura. Essa integração não só melhora a eficiência operacional, mas também reforça a credibilidade e a transparência da gestão pública na era digital. **TI Verde**

A implementação de TI verde envolve uma série de princípios e práticas que visam reduzir o impacto ambiental das tecnologias da informação, promovendo sustentabilidade e eficiência. Desde o projeto de *hardware*, é

importante priorizar componentes energeticamente eficientes, que consomem menos energia e tenham maior durabilidade, contribuindo para a redução de resíduos eletrônicos. Além disso, o gerenciamento de energia deve incluir estratégias como o uso de fontes renováveis, otimização do uso de energia e implementação de políticas de economia de energia em data centers e dispositivos.

Outro aspecto fundamental é a virtualização, que permite consolidar servidores e recursos de TI, reduzindo a quantidade de *hardware* físico necessário e, conseqüentemente, o consumo de energia e a geração de calor. Essa prática também facilita a gestão e o monitoramento do uso de recursos, promovendo uma operação mais sustentável.

Segundo Murugesan (2008), a adoção de princípios de TI verde deve ser integrada ao ciclo de vida dos produtos, desde o projeto até o descarte, promovendo uma abordagem holística para a sustentabilidade tecnológica. Assim, a combinação de boas práticas de projeto, gerenciamento eficiente de energia e virtualização contribui para uma TI mais sustentável e responsável.

Referência:

Murugesan, S. (2008). *Harnessing Green IT: Principles and Practices*. IEEE Computer Society.

Visão holística e sustentabilidade

A visão holística é crucial para a sustentabilidade, pois ela permite uma compreensão mais profunda das interconexões entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Ao adotar essa perspectiva, é possível identificar soluções mais eficazes e duradouras para os desafios sustentáveis, considerando o impacto de cada ação no todo.



Importância da Visão Holística:

Compreensão Integrada:

A visão holística nos ajuda a entender que o meio ambiente, a sociedade e a economia não são sistemas isolados, mas sim interconectados e interdependentes.

Identificação de Impactos:

Ao analisar um problema de forma holística, é possível identificar os impactos indiretos e de longo prazo que uma ação pode causar, indo além das consequências imediatas.

Soluções Mais Eficazes:

A partir de uma visão abrangente, é possível desenvolver soluções mais eficazes e sustentáveis, que considerem as interações entre diferentes áreas e busquem o equilíbrio entre elas.

Promoção da Justiça Social:

A sustentabilidade não se limita apenas à proteção ambiental, mas também envolve a justiça social e a igualdade de oportunidades, aspectos que podem ser mais bem abordados com uma visão holística.

Pensamento a Longo Prazo:

A visão holística nos ajuda a pensar no futuro e a considerar como nossas ações atuais podem afetar as gerações futuras, promovendo a sustentabilidade a longo prazo.

Exemplos de Aplicação:

- Empresas: Uma empresa com visão holística pode buscar soluções que integrem a produção sustentável com o bem-estar dos funcionários e o impacto positivo na comunidade.
- Cidades: Cidades sustentáveis são planejadas de forma holística, considerando o transporte público, a infraestrutura verde, o acesso à educação e saúde, e a participação cidadã.
- Educação: A educação ambiental holística promove a compreensão das interações entre o ser humano e a natureza, incentivando a responsabilidade e a ação sustentável.

Conclusão:

A visão holística é fundamental para a construção de um futuro sustentável, pois nos permite compreender as complexas interações entre os diferentes aspectos da vida e desenvolver soluções mais eficazes e duradouras. Ao adotar essa perspectiva, podemos criar um mundo mais justo, equilibrado e sustentável para todos.

EIXO: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Fortalecer parcerias e os meios de implementação para o desenvolvimento sustentável da Setic.



A Importância do Fortalecimento Institucional e das Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável na Setic

Manter o fortalecimento institucional dos órgãos públicos é fundamental para garantir a eficiência, transparência e sustentabilidade na gestão pública. Quando os órgãos fortalecem suas estruturas e capacidades, eles se tornam mais aptos a implementar ações que promovem o desenvolvimento sustentável, atendendo às demandas da sociedade de forma mais eficaz. Além disso, a construção de parcerias estratégicas entre órgãos públicos potencializa esses resultados, promovendo economia de recursos, troca de conhecimentos e maior impacto nas ações realizadas.

O objetivo principal deste eixo é fortalecer as parcerias e os meios de implementação para o desenvolvimento sustentável da Setic, alinhando-se à sistemática da ODS 17, que incentiva as parcerias globais para o desenvolvimento. Ao estabelecer alianças com órgãos que já atuam ou têm interesse em sustentabilidade, a Setic pode aproveitar experiências bem-sucedidas, compartilhar recursos e evitar duplicidades, gerando economia financeira e de tempo.

Para que essas parcerias sejam efetivas, é essencial investir na capacitação dos servidores, especialmente em técnicas de marketing direcionadas aos órgãos públicos. Treinamentos específicos ajudam a divulgar ações, envolver a sociedade e ampliar o alcance das iniciativas sustentáveis. Além disso, parcerias podem viabilizar a realização de eventos, palestras, oficinas e workshops, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e fortalecendo a cultura de sustentabilidade na administração pública.

Outro aspecto importante é realizar estudos de órgãos no Brasil que já estejam em bom nível de maturidade em sustentabilidade, para verificar possibilidades de implementação de boas práticas na Setic. Assim, é possível adaptar estratégias bem-sucedidas e acelerar o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.

O fortalecimento institucional por meio de parcerias estratégicas é uma estratégia poderosa para otimizar recursos, ampliar o impacto das ações e promover uma gestão pública mais eficiente e alinhada às metas de sustentabilidade. Investir na capacitação dos servidores e estabelecer alianças com órgãos que compartilham o mesmo propósito reforça o compromisso com o desenvolvimento sustentável, contribuindo para uma sociedade mais justa, participativa e responsável.

A importância do benchmarking nas organizações públicas (sustentabilidade) (cases de sucesso)

Com o intuito de aperfeiçoar a gestão, visando à melhoria organizacional e ao aumento da eficiência e da eficácia, em conformidade com a demanda da organização, busca-se alcançar o avanço e o aperfeiçoamento nas áreas sustentáveis e de TIC. Para a melhoria contínua dos servidores, é necessária a orientação e a adequação dos instrumentos que serão utilizados, o que será realizado por meio do benchmarking, ou seja, um processo que permite que organizações públicas aprendam com experiências bem-sucedidas de outras instituições, promovendo eficiência, inovação e responsabilidade socioambiental.

Conforme explicita Spendolini (1993, p. 10), o *benchmarking* pode ser definido como “um processo contínuo e sistemático para avaliar produtos,

serviços e processo de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de melhoria organizacional”.

É uma ferramenta estratégica que consiste na análise e adaptação de práticas bem-sucedidas adotadas por outras organizações, com o objetivo de melhorar o desempenho interno e alcançar resultados mais eficazes. No setor público, essa prática tem ganhado cada vez mais relevância, especialmente no contexto da gestão sustentável, onde a troca de experiências e o aprendizado com iniciativas consolidadas são essenciais para acelerar a inovação e a adoção de políticas eficazes (Campbell & Rowley, 2005).

A seguir, exemplificamos algumas cases de sucesso em outros órgãos:

Case 1: Tribunal de Contas da União (TCU) – Plano de Logística Sustentável (PLS)

O TCU é referência na implantação de práticas sustentáveis na administração pública. Seu Plano de Logística Sustentável inclui ações como gestão eficiente de energia, redução do uso de papel, coleta seletiva, e incentivos à mobilidade sustentável. Diversos órgãos têm utilizado esse plano como referência para estruturar seus próprios PLS.

Case 2: Câmara dos Deputados – Eficiência Energética e Reaproveitamento de Água

A Câmara implantou sistemas de reuso de água, energia solar fotovoltaica e ações de conscientização ambiental para os servidores. Os bons resultados em economia e redução do impacto ambiental tornaram o projeto um benchmark replicado por outras casas legislativas.

Case 3: Prefeitura de Curitiba (PR) – Mobilidade Urbana Sustentável

Curitiba é reconhecida nacional e internacionalmente por seu sistema integrado de transporte público, que privilegia o uso de ônibus expressos e ciclovias. O modelo tem servido de exemplo para várias

idades que buscam soluções de transporte urbano menos poluentes e mais eficientes.

E COMO FAZER UM GUIA?

Dependendo do projeto ou contexto a ser implantado numa instituição, pode ser necessária a criação de documentos que corroborem para seu desenvolvimento. A SETIC optou por um guia de sustentabilidade para atender o início da implantação dessa área de conhecimento.

A criação de um documento eficiente e bem estruturado. Para garantir o sucesso de todo o processo, é fundamental seguir a ordem dos passos apresentada, pois cada etapa foi pensada para construir uma base sólida para as próximas fases.

O diagnóstico inicial é o pilar essencial deste procedimento. Assim como em qualquer planejamento estratégico, compreender profundamente a situação atual, identificar necessidades e pontos de melhoria, é fundamental para que o guia seja relevante, preciso e alinhado às realidades do contexto. Com um diagnóstico bem-feito, as etapas seguintes se tornam mais assertivas e eficazes, contribuindo para resultados mais satisfatórios. Nesse sentido, criamos um passo a passo de como foi elaborado.

5-PASSOS PARA UM GUIA

1



Realizar um Diagnóstico

Identificar os problemas a serem resolvidos e identificar insumos essenciais (Quais são os objetos do Guia?)

2



Objetivos realistas

Definição do escopo e objetivos

3



Priorizar os tópicos principais

Realizar estudos e analisar separando os assuntos a serem desmistificados no guia

4



Desenvolver os temas

Redigir os textos com fundamentando com a metodologia 5w2h

5



Melhorar a experiência do usuário

Simplificar visualmente as ferramentas utilizadas na elaboração do guia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, um guia de sustentabilidade auxilia na promoção de um futuro equilibrado, onde as necessidades da sociedade atual são atendidas sem comprometer as gerações futuras. Isso envolve um tripé de ações que consideram o meio ambiente, a sociedade e a economia, buscando um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo justo, próspero e ecologicamente responsável.

A sustentabilidade, em sua essência, é a busca por um equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica. Um guia de sustentabilidade serve como um roteiro para alcançar esse equilíbrio, incentivando práticas que preservem os recursos naturais, promovam o bem-estar social e garantam a viabilidade econômica.

Dimensão Ambiental: A sustentabilidade ambiental busca a preservação do meio ambiente, garantindo o uso responsável dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade. Isso implica em práticas como o uso de energias renováveis, a redução do desmatamento e da poluição, e a promoção da reciclagem e do consumo consciente.

Dimensão Social: A sustentabilidade social visa garantir o bem-estar e a igualdade para todos, promovendo a justiça social e a participação da população no desenvolvimento. Isso pode ser alcançado através de iniciativas como a educação ambiental, a promoção da saúde e segurança, e a garantia de acesso a serviços básicos como água potável e saneamento.

Dimensão Econômica: A sustentabilidade econômica busca um desenvolvimento econômico que seja viável a longo prazo, evitando a exploração excessiva dos recursos naturais e promovendo a criação de empregos e renda. Isso pode ser feito através da adoção de modelos de negócios sustentáveis, da valorização da economia circular e da promoção da inovação tecnológica.

Ao adotar práticas sustentáveis, as empresas, governos e indivíduos podem contribuir para um futuro mais justo, próspero e ecologicamente

responsável. Um guia de sustentabilidade serve como um mapa para essa jornada, incentivando a adoção de boas práticas que beneficiem tanto o presente quanto as futuras gerações.

ANEXO I

I. 5W2H - RESPONSABILIDADE SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O quê?

Responsabilidade social e responsabilidade socioambiental.

Por quê?

Fortalecer a confiança da sociedade, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, garantir o uso eficiente dos recursos públicos, reduzir impactos ambientais, promover inclusão social e alcançar a sustentabilidade a longo prazo.

Onde?

Dentro dos órgãos públicos, em todas as áreas e setores.

Quando?

De forma contínua

Quem?

Gestores e lideranças, chefe do setor de sustentabilidade, secretário ou responsável de gestão de pessoas ou meio ambiente. Facultativo: equipe específica de responsabilidade social e socioambiental com servidores de diferentes setores.

Como?

Por meio de políticas, programas e ações específicas, como gestão de resíduos, uso eficiente de recursos, incentivo à participação da comunidade, capacitação dos servidores e incorporação de uma cultura organizacional voltada para esses valores.

Quanto?

Investimentos em recursos humanos, treinamentos, infraestrutura e programas de gestão sustentável.

II. 5W2H – ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

O quê?

Implementação e fortalecimento da ética no serviço público.

Por quê?

Para garantir a integridade, transparência e responsabilidade na administração pública, fortalecer a confiança da sociedade, evitar práticas corruptas e favorecimentos indevidos, melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão e promover o desenvolvimento sustentável e justo do país.

Onde?

Em todos os órgãos e entidades do setor público.

Quando?

De forma contínua

Quem?

Servidores públicos e gestores públicos, Órgãos e entidades públicas, Autoridades responsáveis pela regulamentação e fiscalização (ex.: responsáveis pela implementação do Código de Ética), Sociedade civil e usuários dos serviços públicos.

Como?

Promover treinamentos e campanhas sobre princípios constitucionais, éticos e o Código de Ética Estadual; garantir a observância das regulamentações nas ações diárias; estabelecer mecanismos de fiscalização, sanções e canais de denúncia; incentivar uma cultura de transparência e responsabilidade; integrar ética à sustentabilidade e responsabilidade social na gestão pública; e monitorar continuamente o cumprimento das normas por meio de indicadores e auditorias.

Quanto?

Os custos envolvem investimentos em capacitações, campanhas de conscientização, sistemas de fiscalização, canais de denúncia, e ações de monitoramento. Os recursos devem ser planejados de acordo com a dimensão da organização e a abrangência das ações, buscando eficiência na aplicação dos recursos públicos.

III. 5W2H – IMPLEMENTAÇÃO DOS 5 R's

O quê?

Sensibilização e implementação da política de sustentabilidade utilizando os 5 R's.

Por quê?

Para minimizar o impacto ambiental, promover a responsabilidade social e ambiental, melhorar a eficiência dos processos internos, reforçar a imagem institucional e contribuir para um futuro mais sustentável. A sensibilização da alta gestão e dos servidores é fundamental para garantir o sucesso da iniciativa.

Onde?

Na organização pública, incluindo todos os setores e ambientes internos, com potencial expansão para ações externas e participação da comunidade.

Quando?

O cronograma deve ser planejado de acordo com a realidade da organização, com etapas bem definidas ao longo do tempo.

Quem?

Alta gestão e líderes da organização, Servidores e colaboradores internos, Comunidade externa (quando envolvida em ações de sensibilização e participação) e Especialistas em sustentabilidade (para workshops e palestras).

Como?

- Sensibilizar e capacitar por meio de treinamentos, campanhas, workshops, vídeos e programas de reconhecimento.
- Revisar processos internos para identificar oportunidades de redução, reutilização e reciclagem.
- Estabelecer políticas internas que incentivem práticas sustentáveis.
- Implementar ações práticas, como uso de papel digital, pontos de coleta seletiva e manutenção de equipamentos.
- Monitorar resultados com indicadores claros e transparentes.
- Envolver a comunidade externa para ampliar o impacto e criar uma cultura de sustentabilidade.

Quanto?

Investimentos em treinamentos, materiais de comunicação digitais ou quando necessário físico, infraestrutura (como pontos de coleta), plataformas digitais e programas de reconhecimento. É importante planejar um orçamento compatível com os recursos disponíveis, buscando otimizar os investimentos com resultados efetivos.

IV. 5W2H – INCENTIVANDO O USO RESPONSÁVEL DA ÁGUA

O quê?

Incentivar a economizar água e capacitar servidores para a preservação dos recursos hídricos.

Por quê?

Para garantir o uso sustentável, proteger a água no meio ambiente e assegurar o abastecimento de água no futuro.

Onde?

Em residências, locais de trabalho, órgãos públicos e na comunidade em geral.

Quando?

Sempre que possível, de forma individual as pessoas podem com ações diárias de economia e a organização realizar treinamentos contínuos.

Quem?

Todos nós, especialmente servidores públicos.

Como?

Com pequenas ações: Fechando torneiras ao escovar os dentes, consertando vazamentos, usando equipamentos eficientes, e promovendo capacitações para os servidores e campanhas de conscientização, inclusive de higienização correta dos galões de água mineral e filtros. Sensibilizações e capacitações.

Quanto?

Com pequenas ações diárias e investimentos em capacitação, podemos reduzir o consumo e melhorar a gestão dos recursos hídricos.

V. 5W2H – BOAS PRÁTICAS DE CONTRATAÇÕES

O quê?

A Lei nº 14.133/2021 visa modernizar e simplificar as regras para compras e contratações públicas, buscando mais eficiência, transparência e economicidade.

Por quê?

A lei busca corrigir falhas da legislação anterior, promover a competição, reduzir a burocracia e combater a corrupção em processos licitatórios.

Onde?

A nova lei se aplica a todos os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, bem como às suas empresas estatais.

Quando?

A lei entrou em vigor em abril de 2021, com um período de adaptação até abril de 2023, quando a antiga lei (8.666/93) deixou de ser aplicada.

Quem?

A lei define responsabilidades para agentes públicos, licitantes, contratados e outros atores envolvidos nos processos de contratação pública.

Como?

- Aplicação da nova Lei de licitação;
- A lei estabelece novas modalidades de licitação (como o diálogo competitivo), novos critérios de julgamento (como a melhor técnica ou conteúdo artístico), e a utilização de sistemas eletrônicos para a realização das licitações.

Quanto?

A lei busca otimizar o uso dos recursos públicos, buscando preços mais vantajosos e evitando gastos excessivos em contratações.

VI. 5W2H – GESTÃO DE RESÍDUOS

O quê?

Gestão de resíduos.

Por quê?

Para promover a redução do impacto ambiental em conformidade regulamentar, visando a economia de custos, melhoria da imagem institucional e a promoção da economia circular e a melhoria da saúde pública.

Onde?

Em residências, locais de trabalho, órgãos públicos e na comunidade em geral.

Quando?

De forma contínua, com ações específicas planejadas ao longo do tempo.

Quem?

Todos os órgãos públicos, especialmente, servidores públicos e toda a sociedade.

Como?

Realizando visitas técnicas em empresas de reciclagem e destinação adequada, instalando pontos de coleta específicos, promovendo treinamentos e campanhas educativas, utilizando sistemas de classificação de resíduos, e incentivando práticas de separação e reutilização.

Quanto?

Investimentos em infraestrutura (como pontos de coleta e lixeiras específicas), recursos para treinamentos e campanhas, além de custos operacionais com parcerias e manutenção, buscando otimizar os recursos e maximizar os benefícios ambientais e econômicos.

VII. 5W2H – QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR

O quê?

Qualidade de vida dos servidores públicos no ambiente de trabalho.

Por quê?

Para garantir o bem-estar, aumentar a produtividade, criar um ambiente mais harmonioso, eficiente e humanizado, além de fortalecer a qualidade do serviço público oferecido à sociedade.

Onde?

Nos ambientes de trabalho dos órgãos e entidades do setor público.

Quando?

De forma contínua, com ações periódicas como treinamentos, diagnósticos profissionais, programas de promoção de vida ativa e atividades de gestão emocional.

Quem?

Organizações públicas, gestores, servidores públicos e profissionais de saúde e segurança do trabalho.

Como?

Por meio de ações que envolvem segurança, saúde física e mental, gestão emocional, inclusão social, promovendo programas de saúde e bem-estar, criando espaços para descontração, incentivando práticas de vida ativa (Gympass), e promovendo a inclusão social. Capacitações: minipalestras (15 min) (blitz) e/ou mini vídeos quanto a hábitos saudáveis. Realizando diagnósticos profissionais, tais como: Realizar um estudo específico de ergometria, com parceria de órgãos ou servidores competentes a fim de verificar a necessidade e verificar a possibilidade de melhoria da ergometria. Além disso, diagnósticos de clima organizacional.

Quanto?

O investimento necessário varia conforme a dimensão da organização, mas é fundamental dedicar recursos ou servidores com competência para treinamentos, programas de saúde, melhorias no ambiente de trabalho e ações de inclusão social, considerando a importância de priorizar a qualidade de vida dos servidores.

VIII. 5W2H – GESTÃO DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE

O quê?

A gestão da informação relacionada à sustentabilidade, incluindo dados de geolocalização de pontos de coleta seletiva, estações de carregamento de veículos elétricos ou híbridos, e informações acessíveis para os servidores utilizarem esses recursos de forma consciente.

Por quê?

Para facilitar o acesso às informações necessárias, incentivar comportamentos sustentáveis, promover a reciclagem, o uso de veículos elétricos e híbridos, além de apoiar ações que contribuem para a preservação do meio ambiente.

Onde?

Nos ambientes de trabalho dos órgãos públicos, por meio de plataformas digitais, aplicativos ou mapas acessíveis aos servidores.

Quando?

De forma contínua, com atualizações periódicas das informações e disponibilização constante para os servidores utilizarem no dia a dia.

Quem?

Gestores, servidores públicos, equipes de sustentabilidade e tecnologia, responsáveis por coletar, organizar e divulgar essas informações.

Como?

Implementando sistemas de coleta e gerenciamento de dados de geolocalização, criando mapas acessíveis, promovendo campanhas de conscientização e disponibilizando informações atualizadas sobre pontos de coleta seletiva e estações de carregamento.

Quanto?

O investimento varia conforme a tecnologia e a escala de implementação, mas deve incluir recursos para sistemas de informação, treinamentos e manutenção, considerando a importância de facilitar ações sustentáveis aos órgãos e servidores.

IX. 5W2H – EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO

O quê?

Ações de educação e engajamento social na Setic

Por quê?

Para promover a integração e inclusão social, fortalecer a cidadania, criar uma cultura de responsabilidade compartilhada e garantir que todos tenham acesso às informações e oportunidades de participação.

Onde?

Nas instalações da Setic, comunidades, espaços públicos, plataformas digitais e eventos presenciais ou virtuais.

Quando?

De forma contínua, com ações planejadas ao longo do tempo para manter o engajamento e a educação constantes.

Quem?

Gestores, servidores públicos, comunidades vulneráveis, cidadãos, equipes de comunicação e educação da Setic.

Como?

- Conduzir uma pesquisa interna setorial e ampla para medir o sentimento de pertencimento.
- Verificar a possibilidade de se criar uma Cultura Organizacional visando a integração dos servidores.
- Incentivar os setores da Setic a treinar os servidores para obterem melhor comunicação e adquirir habilidade na resolução de conflitos.
- Palestras/ workshops/painéis de sensibilização dos servidores quanto às pessoas com deficiência ou transtornos.
- Verificar a possibilidade de se fazer as melhorias de acessibilidade nos sistemas.
- Projeto VLibras.
- Realizar um estudo de acordo com a pesquisa de satisfação, dando valor aos feedbacks negativos.
- Ação de criar Cultura organizacional (gamificação).
- Através de campanhas educativas, oficinas, treinamentos, canais de comunicação acessíveis, eventos comunitários e ações de sensibilização.

- Buscar resolver dentro das possibilidades da Setic as reclamações e problemas de cada setor.
- Criar uma "Sala Verde" (espaço de tempo para debates e troca de conhecimentos).

Quanto?

O investimento inclui recursos para materiais educativos, capacitações, comunicação, organização de eventos e manutenção das ações.

X. 5W2H – ESG

O quê?

ESG refere-se a:

Ambiental (Environmental): Refere-se às práticas relacionadas à proteção do meio ambiente, como a redução da emissão de carbono, a gestão de recursos naturais e a prevenção da poluição.

Social (Social): Envolve questões como a promoção da diversidade e inclusão, o respeito aos direitos humanos, a garantia de condições de trabalho justas e o envolvimento com a comunidade.

Governança (Governance): Diz respeito à forma como a organização é dirigida, incluindo a ética, a transparência, a prestação de contas e a participação dos cidadãos.

Por quê?

- Para garantir que as ações de melhoria da eficiência: A adoção de práticas ESG pode levar a uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, reduzindo custos e desperdícios.
- Aumento da transparência: A governança corporativa, um dos pilares do ESG, promove a transparência e a prestação de contas, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições públicas.
- Promoção da sustentabilidade: O componente ambiental do ESG garante que as ações governamentais levem em consideração os impactos no meio ambiente, promovendo um desenvolvimento sustentável.
- Fortalecimento da justiça social: O componente social do ESG garante que as políticas públicas sejam justas e inclusivas, promovendo a igualdade de oportunidades e o bem-estar social.

Onde?

XI. 5W2H – IMPLEMENTAÇÃO DOS 5 R's

O quê?

Qualquer um dos assuntos técnicos citados em todo o guia.

Por quê?

Para promover a sustentabilidade, o bom senso, o respeito pelo futuro do planeta e a dignidade da pessoa humana, aumentando o conhecimento e conscientização sobre as ações que devem ser tomadas e comportamentos associados a cada tema".

Onde?

Nos órgãos públicos e espaços públicos gerais.

Quando?

De forma contínua, com ações periódicas como treinamentos, diagnósticos profissionais, programas de promoção de vida ativa e atividades de gestão emocional.

Quem?

Liderança, gestores, servidores e a sociedade em geral.

Como?

Capacitações, eventos públicos, workshops, oficinas e inserindo boas práticas. Sempre buscar o formato micro learning e edição e divulgação de vídeos curtos.

Quanto?

Recursos humanos dos órgãos públicos. E se necessário e vantajoso investimento em parcerias.

XII. 5W2H – IMPLEMENTAÇÃO DOS 5 R's

O quê?

Ações de fortalecimento institucional por meio de parcerias estratégicas, treinamentos em marketing direcionado a órgãos públicos, realização de eventos, estudos de boas práticas e capacitações para servidores na área de sustentabilidade.

Por quê?

Para promover economia de recursos, ampliar o impacto das ações sustentáveis, fortalecer a capacidade institucional dos órgãos públicos e alinhar as ações com a sistemática da ODS 17, que incentiva parcerias para o desenvolvimento sustentável.

Onde?

Nas instalações da Setic, outros órgãos, espaços públicos, plataformas digitais e eventos presenciais ou virtuais.

Quando?

De forma contínua, com ações planejadas ao longo do tempo para manter as parcerias e a busca por novas.

Quem?

Órgãos públicos, gestores e servidores.

Como?

- Buscar parceria com órgãos que já trabalham ou têm interesse em sustentabilidade.
- Realizar visitas em órgãos que já atuam com sustentabilidade para troca de experiências. Firmar parcerias com órgãos para realizar eventos relacionados à sustentabilidade, como palestras, oficinas e workshops.
- Realizar estudo de órgãos no Brasil que já estejam em bom nível de maturidade em sustentabilidade, verificando possibilidades de implementação na Setic.
- Buscar parceiros internos e externos especializados em sustentabilidade para palestrar, ministrar oficinas e workshops na Setic.
- Criar um cronograma de palestras, oficinas e workshops para os servidores da Setic, abordando temas de sustentabilidade presentes neste Plano de Ação.

Quanto?

O investimento inclui recursos humanos, materiais educativos, capacitações em benchmarking, comunicação, organização de eventos e manutenção das ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o desafio do século XXI*. Vozes, 2012.

BRUNDTLAND, G. H. Our Common Future. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987. [Propõe o desenvolvimento sustentável, definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas necessidades”].

ESG na gestão pública: uma transformação necessária. IPM Sistemas.

KATES, R. W.; PARRIS, T. M.; LEISEROWITZ, A. A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, v. 47, n. 3, p. 8-21, 2005.

LIMA, M. R. Gestão Pública Ágil: Como implementar metodologias ágeis na administração pública. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento sustentável: conceitos, valores e estratégias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SACHS, J. D. *The Age of Sustainable Development*. New York: Columbia University Press, 2015.

SILVA, A. P. COSTA, R. M. Transformação Digital na Administração Pública: Automação de Processos e Segurança da Informação. *Revista de Gestão Pública*, v. 14, n. 2, p. 45-62, 2020.

DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Disponível em: [<https://ecam.org.br/blog/o-que-e-a-agenda-2030-e-quais-os-seus-objetivos/>]. Acesso em: [20/05/2025].

PDTIC-SETIC. [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da SETIC].

Programa Orçamentário da SETIC.

Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia.

Plano de Transformação Ecológica.

Política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar.A3P (Cartilha da A3P).

ISO 14.000 / 14.001. Sistemas de gestão ambiental.

ISO 20121. Gestão sustentável de eventos.

ISO 26.000. Gestão de stakeholders e responsabilidade social.

NORMATIVOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 37. Disponível em: [inserir URL se disponível]. Acesso em: [inserir data].

DECRETO Nº 20.786, de 25 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2016.

LEI Nº 9.433/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jan. 1997.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 set. 1981.

LEI Nº 12.305/2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 2010.

LEI Nº 12.187/2009. Política Nacional sobre Mudanças do Clima. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de abr. 2009.

LEI Nº 10.295/2001. Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 abr. 2001.

LEI Nº 14.133/2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. 2021.

DECRETO Nº 9.854, DE 25 DE JUNHO DE 2019. Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2019.

LEI Nº 13.709/2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

LEI Nº 12.965/2014. Marco Civil da Internet. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

LEI Nº 10.973/2004. Lei de Inovação Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

LEI Nº 14.129/2021. Lei de Desenvolvimento Regional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 mar. 2021.

SETIC
Superintendência Estadual de
Tecnologia da Informação
e Comunicação

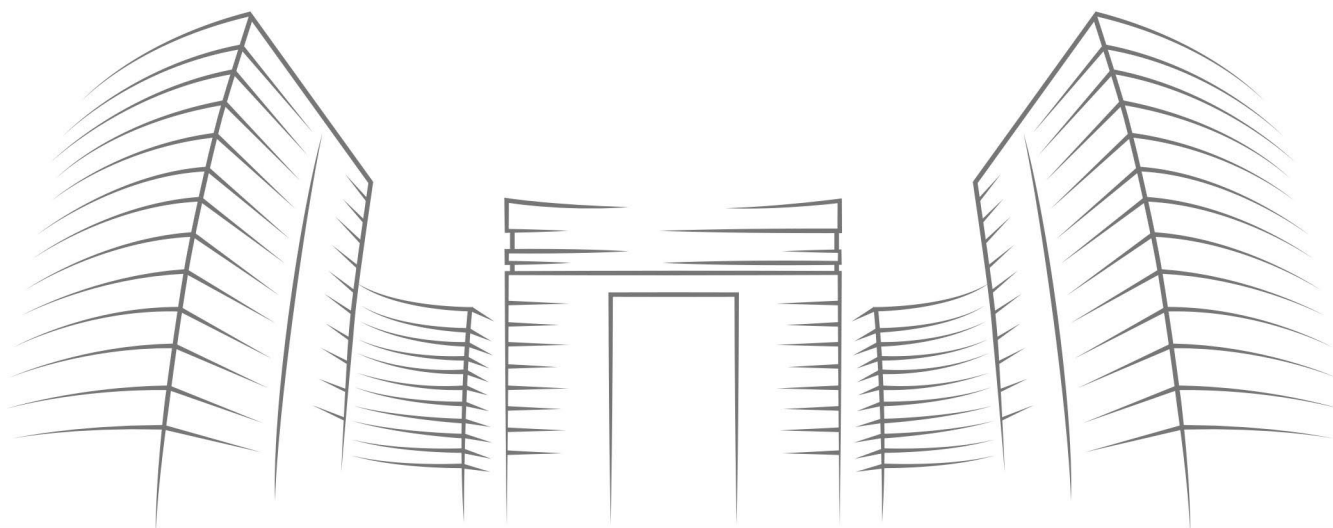
RONDÔNIA
★
Governo do Estado



Wiki.SETIC

*Plataforma de Documentação
Operacional e Gerencial dos
Serviços da SETIC*

wiki.setic.ro.gov.br



setic.ro.gov.br



@setic.rondonia

Telefone: 69 3212 9541

Endereço: Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas
Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário - 6º Andar
Porto Velho, RO - CEP 76801470